



231

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0002553-21.2013.8.17.0000
(298359-1)

AGRAVANTE : J. MACÊDO ALIMENTOS S/A
ADVOGADO : CELSO LUIZ DE OLIVEIRA
AGRAVADO : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. APELAÇÃO CONTRA SENTENÇA QUE JULGA IMPROCEDENTES EMBARGOS À EXECUÇÃO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. AUSÊNCIA DE RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ARTIGO 558 DO CPC.

I - Nos termos do artigo 520, V, do Código de Processo Civil, quando interposto em combate à sentença que julga improcedentes os embargos à execução, o recurso de apelação será recebido só no efeito devolutivo.

II - Não restando demonstrada a probabilidade de ocorrência de lesão grave ou de difícil reparação, reclamada pelo art. 558 do Código de Ritos, não há falar em atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto.

III - Recurso de Agravo Legal desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 8 de outubro de 2013.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



232

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0002553-21.2013.8.17.0000
(298359-1)

AGRAVANTE : J. MACÊDO ALIMENTOS S/A
ADVOGADO : CELSO LUIZ DE OLIVEIRA
AGRAVADO : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO


1. Trata-se de Agravo Legal interposto por J. MACÊDO ALIMENTOS S/A em combate à decisão monocrática que, com fulcro no art. 557, *caput*, do Código de Ritos, negou seguimento ao Agravo de Instrumento nº 298359-1.

2. O referido Agravo de Instrumento fora insurgido contra decisão interlocutória que, com fulcro no art. 520, V, do CPC, veio a receber o apelo interposto em sede de embargos à execução apenas no efeito devolutivo (cf. fl. 51).

3. Em suas razões recursais, defende, em apertada síntese, a Sociedade apelante/agravante a possibilidade de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação, já apresentado, em razão da coexistência dos requisitos do art. 558 do CPC.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 8 de outubro de 2013.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



933

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0002553-21.2013.8.17.0000
(298359-1)

AGRAVANTE : J. MACÊDO ALIMENTOS S/A
ADVOGADO : CELSO LUIZ DE OLIVEIRA
AGRAVADO : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. APELAÇÃO CONTRA SENTENÇA QUE JULGA IMPROCEDENTES EMBARGOS À EXECUÇÃO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. AUSÊNCIA DE RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ARTIGO 558 DO CPC.

I - Nos termos do artigo 520, V, do Código de Processo Civil, quando interposto em combate à sentença que julga improcedentes os embargos à execução, o recurso de apelação será recebido só no efeito devolutivo.

II - Não restando demonstrada a probabilidade de ocorrência de lesão grave ou de difícil reparação, reclamada pelo art. 558 do Código de Ritos, não há falar em atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto.

III - Recurso de Agravo Legal desprovido.

Vistos e examinados etc.

1. Não obstante os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo que a decisão recorrida deve ser mantida em todos os seus termos, uma vez que esta encontra-se em plena consonância com a remansosa jurisprudência dos Tribunais Superiores e desta íclita Corte Estadual.

2. Nos termos do artigo 520, V, do Código de Processo Civil, quando interposto em combate à sentença que julga improcedentes os embargos à execução, o recurso de apelação será recebido só no efeito devolutivo.

Art. 520. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando Interposta de sentença que:

(...)

V - rejeitar liminarmente embargos à execução ou julgá-los improcedentes;

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



234
R

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Destarte, em regra, se apresentada em face de sentença que julga improcedentes embargos à execução, à apelação será atribuído tão somente o efeito devolutivo.

No entanto, de acordo com art. 558 do CPC, pode-se conceder excepcionalmente à referida apelação efeito suspensivo, desde que manifesta a probabilidade de ocorrência de lesão grave ou de difícil reparação à parte recorrente.

In casu, contudo, não restando demonstrada a referida probabilidade, não há falar em exceção ao disposto no art. 520, V, do CPC e, por consequência, em atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto.

Acerca do tema, assente se mostra a jurisprudência firmada pela col. Corte de Uniformização de Jurisprudência em Matéria Infraconstitucional – STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. AÇÃO EXECUTIVA. CARÁTER DEFINITIVO. APELAÇÃO RECEBIDA NO EFEITO DEVOLUTIVO. ART. 520, V, DO CPC. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO. ART. 558 DO CPC. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS.

1. A apelação interposta contra sentença que julgou improcedentes embargos à execução, recebida apenas no efeito devolutivo, como dispõe o art. 520, V, do CPC, implica o prosseguimento da ação executiva de forma definitiva, segundo norma prescrita no art. 587 do citado diploma.

2. O abrandamento do princípio que afirma o caráter definitivo da execução, consoante peculiar regra prescrita no art. 558 do CPC, somente deve ser autorizado pelo magistrado quando presentes relevante fundamentação e a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação.

3. Precedentes do STJ.

4. Agravo regimental desprovido

(STJ, AgRg no Ag 905.517/SP, rel. Min. João Otávio de Noronha, Quarta Turma, DJ 30.06.2008).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO. EFEITO DEVOLUTIVO. EXECUÇÃO DEFINITIVA (ARTS. 520, V, E 587, DO CPC).

I. A apelação interposta da sentença de improcedência dos embargos do devedor surte efeito apenas devolutivo, como dispõe o art. 520, V, da Lei Instrumental Civil, devendo prosseguir a ação executiva de forma definitiva, de acordo com a norma do art. 587 do referido diploma.

II. Recurso especial não conhecido.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



235
M

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

(STJ, REsp. 768.086/SP, rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, Quarta Turma, DJ 27.11.2006).

Do mesmo modo, vem decidindo esta col. Corte de Justiça, conforme se infere dos seguintes julgados:

AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. APELAÇÃO CONTRA SENTENÇA QUE JULGA IMPROCEDENTES EMBARGOS À EXECUÇÃO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. AUSÊNCIA DE RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ARTIGO 558 DO CPC. INAPLICABILIDADE. AGRAVO CONHECIDO, PORÉM IMPROVIDO.

- Nos termos do artigo 520, V, do Código de Processo Civil, quando interposta de sentença que julgar improcedentes os embargos à execução, a apelação será recebida só no efeito devolutivo.

- Não sendo relevante a fundamentação do recurso, impossível atribuir-lhe efeito suspensivo com fulcro no artigo 558 do Código de Processo Civil.

(TJPE, Ag 0250122-0/01, rel. Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves, 1ª Câmara Cível, Julgado em 23.08.2011).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EFEITO EM QUE É RECEBIDA APELAÇÃO EM IMPROCEDÊNCIA AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PERIGO DE LESÃO NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE FATO AUTORIZADOR À CONCESSÃO DA MEDIDA EXCEPCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Quando julgados improcedentes os Embargos à Execução, a regra legal determina que a respectiva Apelação seja recebida apenas no efeito devolutivo, seguindo, a execução, que in casu é de título extrajudicial, como definitiva.

2. Para quebrar-se tal regra é necessária a demonstração cabal de fatos que autorizem a medida excepcional, do que não se desincumbiu a ora agravante.

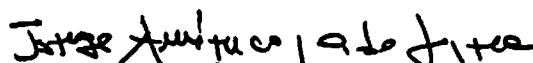
3. Recurso conhecido e não provido - À Unanimidade.

(TJPE, AgRg 0196091-4/01, rel. Des. João Bosco Gouveia de Melo, 7ª Câmara Cível, Julgado em 10.11.2009).

3. Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo Legal, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto.

Recife, 8 de outubro de 2013.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator